

22 NOV 1991

22 NOV 1991

4 — JORNAL DA TARDE

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE S. PAULO
 Av. Engº Caetano Álvares, 55 — 856-2122 (PABX) — CEP 02598
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01051 SP — E. Telegráfico ESTADO
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297



fundado em 1875

JORNAL DA TARDE

Diretor Responsável
RUY MESQUITA
Diretores

Júlio de Mesquita Neto
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
 Ruy Mesquita
 César Tácito Lopes Costa
 José M. Homem de Montes
 Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade
 Ruy Mesquita Filho
Diretor de Redação
 Fernão L. Mesquita
Editor Chefe
 Celso Kinjô

Diretor Superintendente
 Francisco Mesquita Neto
Diretor Comercial
 Roberto Crissiuma Mesquita
Diretor Agência Estado
 Rodrigo L. Mesquita

JÚLIO MESQUITA
 (1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
 (1927 - 1969)

Congresso Pura chantagem

Irritados porque não estão conseguindo derrubar os vetos do presidente Collor à nova lei de política salarial — dos 11 vetos presidenciais quatro já foram definitivamente confirmados —, os partidos de oposição retiraram seus parlamentares do plenário na quarta-feira para impedir o prosseguimento das votações e estão ameaçando paralisar totalmente as atividades do Congresso Nacional se o governo não aceitar um acordo para permitir pelo menos um aumento agora no salário mínimo.

“Sem o salário mínimo não temos condições de votar nenhuma outra matéria” — avisa o deputado José Genoíno, do PT. “A intransigência do governo pode gerar intransigência da oposição nos próximos dias, nos assuntos que interessam ao governo” — arremata o comumente moderado e eficiente deputado José Serra, do PSDB.

Ao tomarem essa drástica decisão, os partidos de oposição estão demonstrando uma grande insensatez e um total desrespeito às regras do jogo democrático.

A insensatez se revela, primeiro, na insistência dos parlamentares oposicionistas em aprovarem um aumento para o salário mínimo que elevaria seu valor para cerca de Cr\$ 95 mil em dezembro. Esses parlamentares, como acontece com frequência no Congresso, estão considerando apenas o lado humanitário da questão, sem considerar suas conseqüências para a economia nacional e, particularmente, para um Estado já completamente falido.

Uma medida dessas explodiria o déficit público e tornaria ainda mais catastrófica a situação da Previdência Social. Como mostrou o ministro da Justiça aos congressistas, tentando convencê-los a não derrubar os vetos de Collor, cada Cr\$ 1 mil de aumento no salário mínimo implica um acréscimo de Cr\$ 9 bilhões na folha de pagamento da Previ-

dência, que já tem hoje um déficit superior a Cr\$ 1 trilhão e vai sofrer um novo rombo de US\$ 6 bilhões anuais se for mantido pela Justiça o reajuste de 147% nas pensões e aposentadorias. Sofrerão também os cofres dos Estados e municípios, que têm grande contingente de funcionários ganhando salário mínimo. Com isso, os trabalhadores, aparentemente beneficiados pelo aumento, é que sairiam perdendo. E em duas frentes: a inflação aumenta e corrói ainda mais seu poder aquisitivo e cai ainda mais a qualidade dos serviços previdenciários, se essa diminuição ainda é possível.

Insensata é, também, a ameaça de boicotar os trabalhos legislativos, impedindo a votação de outros projetos que estão na fila, tais como o Orçamento da União de 92, a reforma tributária, o “emendão”, o código de propriedade industrial, a nova lei dos portos etc. Ao contrário do que, surpreendentemente, diz o deputado tucano José Serra, esses projetos não são do interesse do governo, mas do interesse da população. A obstrução que eles ameaçam fazer não é contra o governo, é contra 150 milhões de brasileiros.

Por fim, há o desrespeito às regras do jogo democrático. O procedimento do Palácio do Planalto está absolutamente correto. O presidente vetou certos artigos da lei porque os considera prejudiciais ao País, o que é não apenas um direito seu, mas também uma obrigação. O Congresso tem a prerrogativa de rejeitar esse veto e o Executivo tem o direito e o dever de tentar manter sua decisão. No caso dos vetos presidenciais, como está escrito na Constituição elaborada por esse mesmo Congresso, são necessários 252 votos para derrubá-los. Ora, se a oposição não conseguiu reunir esses votos, o que ela tem que fazer é botar a viola no saco e reconhecer sua derrota. O que os partidos de oposição estão tentando fazer para reverter essa derrota é pura chantagem.